



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

PROAD Nº 30.983/2021 – CONTRATO Nº 040/2021

1º TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO E A COOPERATIVA DE TRABALHO DE COLETA, TRIAGEM, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE SÃO PAULO-SP (COOPER VIRA LATA) PARA COLETA E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS GERADOS NAS DEPENDÊNCIAS DESTES TRIBUNAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a redação do *caput* da Cláusula Primeira do Acordo de Cooperação, conforme abaixo:

“CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** tem por objeto a coleta e destinação dos resíduos recicláveis gerados nas dependências deste Tribunal, para fins de reciclagem, de acordo com as exigências deste instrumento e demais disposições do **Edital de Credenciamento nº 001/2021** e em seus anexos, bem como do **Termo de Credenciamento nº 001/2021** apresentado pela **DESTINATÁRIA**, documentos estes cujas disposições ficam fazendo parte integrante do presente, independentemente de transcrição e na forma do Programa Coleta Seletiva Cidadã, instituído pelo Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

Parágrafo Único: A **DESTINATÁRIA** ficará responsável pela coleta e destinação dos resíduos recicláveis gerados nas dependências do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, Fórum Trabalhista da Zona Leste e da Unidade Administrativa II pelos primeiros 15 (quinze) meses a contar da data da assinatura deste Acordo. Após decorrido o prazo acima, a responsabilidade pelos serviços recairá sobre o Edifício Sede, Unidade Administrativa III e Unidade Judiciária Rio Branco.”

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica incluído o item IV na Cláusula Segunda do Acordo de Cooperação, conforme abaixo:

“CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO DESTINADOR

- I - Fiscalizar e gerir o Acordo de Cooperação através de servidores(as) da Seção de Gestão Socioambiental que serão designados por portaria da Diretoria Geral de Administração;
- II – Acondicionar os resíduos recicláveis em contentores de 1.000L ou outros locais específicos e permitir o acesso da **DESTINATÁRIA** ao material a ser recolhido;
- III - Orientar a **DESTINATÁRIA** a fim de sanar eventuais dúvidas.
- IV – Emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) como ‘Gerador’.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira do Acordo de Cooperação, para incluir a letra ‘a’ no item VI, bem como os itens XI e XII, conforme abaixo:

FERNANDA
MACHADO
MARTINS
12/07/2022 16:46

MONIQUE LEA
MISTURA
12/07/2022 16:46

RÔMULO
BORGES
ARAÚJO
12/07/2022 17:19

LUÍZ ANTONIO
MOREIRA
VIDIGAL:12530
13/07/2022 15:59



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

1º Termo Aditivo – Contrato nº 040/2021

“CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DESTINATÁRIA

I - Realizar a coleta dos resíduos recicláveis gerados pelo **DESTINADOR** e exercer a adequada gestão destes nas diversas etapas de manejo;

II - Utilizar, durante a coleta, veículo motorizado com carroceria fechada ou do tipo gaiola, cuja documentação esteja regular;

III. Realizar a coleta dos resíduos recicláveis, conforme a frequência especificada no item 2 do Anexo I, no período de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Caso haja necessidade de coletas suplementares, inclusive no período do recesso forense e nos demais feriados, o **DESTINADOR**, por intermédio da Seção de Gestão Socioambiental, comunicará à **DESTINATÁRIA**, com a antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, para que proceda a retirada;

IV. Fornecer ao **DESTINADOR** a relação da equipe (nome e número de documento), responsável pela coleta dos materiais recicláveis, bem como os dados referentes ao veículo que efetuará a retirada (modelo de veículo e placas) de modo a facilitar o ingresso dos responsáveis pela coleta nas dependências deste Tribunal;

V. Limitar a permanência dos integrantes da equipe dentro das dependências do **DESTINADOR** somente durante o tempo necessário para a realização da coleta de forma responsável e eficiente;

VI. Transportar o volume coletado diretamente da unidade geradora até o local de triagem, onde deverá ser realizado o registro do peso dos materiais doados ou contagem dos sacos gerados por unidade geradora e demais especificações que julgar pertinente.

a. Esta etapa deve ser registrada no MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) do SINIR e a **DESTINATÁRIA** deverá emitir o CDF (Certificado de Destinação Final) em até 10 (dez) dias após o recebimento dos volumes;

VII. Enviar, mensalmente, à Seção de Gestão Socioambiental, até o quinto dia útil de cada mês, no e-mail gestao.socioambiental@trtsp.jus.br, relatório de coleta por unidade geradora, no qual deverá constar: o tipo de material, o respectivo peso ou número de sacos gerados, o valor em reais da venda do produto e do total da renda gerada, o número de cooperados, valor de ganho por cooperados, conforme modelo de relatório no Anexo II;

VIII. Assumir todas as responsabilidades por prejuízos e danos decorrentes da conduta inadequada da equipe coletora nas dependências do **DESTINADOR**;

IX. Não utilizar o material coletado para finalidade diversa da estabelecida neste Acordo de Cooperação;

X. Comunicar, imediatamente, a ocorrência de situações anômalas que possam afetar o cumprimento rotineiro deste Acordo de Cooperação, bem como quaisquer alterações em seus estatutos ou contratos sociais;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

1º Termo Aditivo – Contrato nº 040/2021

XI. Estar regulamente cadastradas e habilitadas no SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos). As informações e meio de cadastramento no SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos) estão disponíveis em: <https://sinir.gov.br>;

XII. Realizar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos não reaproveitados para reutilização ou reciclagem. A inobservância ao disposto neste inciso poderá acarretar na revogação da habilitação da associação e da cooperativa no SINIR, bem como na impossibilidade de participação no Programa Coleta Seletiva Cidadã, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação, conforme previsto no art. 42, parágrafo único, do Decreto 10.936/2022.

CLÁUSULA QUARTA: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário não alteradas por este termo.

Para firmeza e validade do pactuado, os contratantes assinam o presente termo.

São Paulo, data da última assinatura digital.

Assinado digitalmente

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL
Desembargador Presidente do Tribunal

WILSON SANTOS PEREIRA
Diretor Presidente
Cooperativa de Trabalho de Coleta, Triagem,
Produção e Comercialização de Materiais
Recicláveis de São Paulo-SP (Cooper Vira Lata)

Testemunhas:

Assinado digitalmente

FERNANDA MACHADO MARTINS
Seção de Gestão Socioambiental

Assinado digitalmente

MONIQUE LÊA MISTURA
Seção de Gestão Socioambiental